

ficados com esquerda ou com a direita.⁽⁶⁾

No entanto, o que chama atenção é que somente os grandes, identificados com o projeto da Ditadura, sobreviveram, e ainda lucraram com o fato de terem sido censurados. Já os pequenos, os alternativos, estes não conseguiram sobreviver às investidas da censura, que os desestruturou economicamente.

As relações entre imprensa e Ditadura apenas iniciam a ser questionadas e estudadas de forma sistêmica. É necessário que sejam feitos trabalhos de fundo, que analisem as posições editoriais para além das manchetes e das capas, o que permitirá encontrar as efetivas posições desses veículos/empresas.

Há que ir além do texto editorial e, partindo dele, descobrir as relações de classe que sustentam a grande imprensa brasileira. Ela tem sido o mais ativo e eficiente partido político atuante na democracia existente no Brasil.

O padrão de qualidade, legado da profissionalização, da tecnologia, do padrão nor-

te-americano, vem sendo usado como justificativa de uma suposta credibilidade da imprensa. Mas a existência dos grandes jornais e revistas só é possível com o estabelecimento de relações entre empresas jornalísticas e órgãos financiadores, sejam privados ou estatais, internos ou externos.

Essas relações desencadeiam uma atuação política partidária concreta da imprensa para a manutenção dos interesses conjuntos (de quem a financia) e de suas empresas.

A relação com a Ditadura tem que ser compreendida para além da censura e prejuízos pontuais que os grandes veículos sofreram. É necessário que o pesquisador atente para a permanente construção de memória sobre a história, pois esses órgãos a reescrivem, ocultando que apoiaram e sustentaram a Ditadura. Por se colocar como portadora do "rascunho da história", essa imprensa permite que sejam ignorados fatos sobre seus posicionamentos concretos nos embates políticos. ♦

66 — AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauri: EDUSC, 1999.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauri: EDUSC, 1999.
- ARBEX JR, José. *Showmanismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo, Casa Amarela, 2001.
- CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto*. A imprensa e Fernando Collor. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- DIAS, Luiz Antonio. *O poder da imprensa e a imprensa do poder: a Folha de São Paulo e o golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado em História, UNESP, Assis, 1993.
- DREHFUSS, René. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional*. 1918-1986. Rio de Janeiro, Espaço e tempo, 1986.
- FARO, J. S. *Revista Realidade*. 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira. Porto Alegre, Age / Ulbra, 1999.
- FIGUEIREDO, Ana. *Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*. São Paulo, Hucitec, 1998.
- FREITAS, Jorge Roberto Martins. *A entrevista nas páginas amarelas da revista Veja: a imagem do milagre econômico sob o ponto de vista do primeiro newsmagazine brasileiro*. Mestrado em Comunicação, UFRRJ, 1989.
- GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968-1985)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. São Carlos, UFSC, 1998.
- HERZ, Daniel. *A história secreta da REDE GLOBO*. 14a ed. Porto Alegre, Ortiz, 1991.
- JORGE, Fernando. *Cale a boca, jornalista!* 3a ed. Petrópolis, Vozes, 1990;
- MARCONI, Paulo. *A censura política na imprensa brasileira*. 1968/78. 2ª ed. São Paulo, Global, 1980.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo, 2004.
- MATTA, Fernando Reyes (Org.). *A informação na nova ordem internacional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. P. 35.
- MATTELART, Armand. *Multinacionais e sistemas de comunicação: os aparelhos ideológicos do imperialismo*. São Paulo, RAMONET, Ignácio. *A tirania da Comunicação*, Petrópolis, Vozes, 1999.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro nos anos 50*. Tese de Doutorado, UFRJ, Escola de Comunicação, 2000.
- SILVA, Carlos Lins. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo, Summus, 1991.
- SODRÉ, Nelson. *História da imprensa no Brasil*. 4a ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.
- TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1987.

O objetivo deste artigo é discutir a participação do movimento integralista no processo de mobilização política e de articulação civil e militar que desencadeou o golpe de Estado de 1964. De início, ressalta-se a perspectiva de compreender o golpe de 1964 não como mera conspiração militar, mas como produto de uma vasta mobilização e articulação que envolveu os principais segmentos da classe dominante brasileira e suas mais destacadas organizações no âmbito da sociedade civil e da sociedade política, com apoio direto dos Estados Unidos.

Os Integralistas e o Golpe de 64⁽¹⁾

Gilberto Calil

Certamente não é possível aqui discutir o sentido histórico mais geral do golpe, sua relação com a crise de acumulação capitalista no Brasil e com o desenvolvimento da luta de classes. Ainda assim, é importante destacar o acirramento da luta de classes durante o período do governo Goulart, com evidentes desdobramentos nas diferentes organizações da sociedade civil.

Desta forma, se por um lado as mobilizações operárias adquiriam crescente autonomia, os trabalhadores rurais avançavam em sua organização enfrentando os ditames do latifúndio e as mobilizações estudantis politizavam-se crescentemente, por outro, também a burguesia, em suas diferentes frações, se movimentava, agia politicamente e constituía instrumentos de intervenção – como o IPES [Instituto de Pesquisas Econômicas e Superiores] e o IBAD [Instituto Brasileiro de Ação Democrática] – contando com financiamento norte-americano.⁽²⁾

É neste contexto que se inseriu a intervenção golpista do movimento integralista, constituído na década de 1930 através da Ação Integralista Brasileira (1932-1937) e atuando desde 1945 através do Partido de Representação Popular.

Gilberto Calil é Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

O integralismo no processo político brasileiro

O movimento integralista foi lançado em 1932 por Plínio Salgado com a publicação do "Manifesto de Outubro". Constituiu-se como um movimento fascista de massas, registrando-se como partido político em 1934 e chegando a contar com mais de quinhentos mil militantes. Constituiu-se como organização altamente centralizada, mantendo treinamento militar, uniforme próprio e uma vasta ritualística.

Seus militantes juravam fidelidade absoluta e incondicional a Plínio Salgado, "Chefe Nacional" dos integralistas. Defendia uma reorganização corporativista do Estado, de acordo com os moldes fascistas, utilizando-se de um discurso radicalmente anticomunista, antiliberal e ultranacionalista, com forte conteúdo espiritualista.

O movimento integralista teve importante participação no processo que desencadeou o golpe que instaurou o Estado Novo em novembro de 1937. Ainda assim, a Ação Integralista Brasileira teve seu registro cancelado junto aos demais partidos políticos, para decepção da direção integralista. Após uma frustrada tentativa de acordo, os integralistas passaram a conspirar contra Vargas, culminando na chamada "Intentona Integralista" de maio de 1938, quando tentaram tomar o Palácio do Catete.

Após a derrota do movimento, diversas lideranças integralistas foram presas e Salgado partiu para o exílio, não sem antes lançar um manifesto aos integralistas pedindo-lhes que se abstivessem de agitações e hipotecassem apoio ao governo Vargas. Salgado permaneceu em Lisboa entre 1939 e 1946.

Com a redemocratização, o movimento integralista rearticulou-se e organizou-se como partido político, através da fundação do Partido de Representação Popular, em setembro de 1945. Em consonância com o novo contexto político, Salgado passou a negar o caráter fascista do movimento, apresentando-o como "democrático". O PRP abandonou a característica abertamente insurrecional da AIB e os aspectos

juventude, às mulheres e aos trabalhadores, e ainda de jornais de circulação nacional, regional e municipal e de uma editora. O aspecto mais destacado dessa intervenção era o anticomunismo. O combate ao comunismo pelos integralistas dava-se de diversas formas: disseminação de propaganda anticomunista através de panfletos, folhetos, programas radiofônicos; discursos parlamentares e comícios públicos; produção e publicação de obras anticomunistas; campanha sistemática de denúncia de supostas atividades comunistas e manutenção de um vasto serviço de espionagem da ação dos comunistas, socialistas e militantes sindicais, esportivistas e sociais.

Sua base social era constituída fundamentalmente por segmentos da pequena burguesia urbana e rural (entendida de acordo com as posições apresentadas por Poulantzas, englobando tanto a "pequena burguesia tradicional" — pequenos comerciantes, pequenos proprietários rurais, artesãos — quanto a "nova pequena burguesia" — trabalhadores assalariados improdutivos, do setor público ou privado).⁽⁴⁾

Dentre os eleitores do Partido de Representação Popular destacavam-se os pequenos proprietários rurais, particularmente das regiões de colonização germânica e italiana no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, comerciantes, trabalhadores do comércio e serviços e profissionais liberais. Seu núcleo dirigente nacional era predominantemente constituído por profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros), ainda que também contasse com integrantes de outras frações da pequena burguesia.

A participação de setores operários era pouco expressiva e a de trabalhadores rurais assalariados, praticamente inexistente. Também a participação direta de integrantes da burguesia nos órgãos dirigentes integralistas era pouco expressiva, embora não totalmente irrelevante. A composição majoritariamente pequeno-burguesa das diversas instâncias da direção

partidária, da militância e do eleitorado integralista, ainda que em proporções diferenciadas, nos obriga a refletir acerca das condições que envolvem sua atuação política, em especial sua tendência à heteronomia, ou seja, sua incapacidade de produzir e sustentar um projeto próprio e autônomo frente às classes fundamentais.

De acordo com Gramsci, a pequena burguesia "se caracteriza precisamente pela incapacidade orgânica de criar para si uma lei, de fundar um Estado", muitas vezes levando a uma subserviência frente à burguesia: "A pequena burguesia, mesmo nesta sua última encarnação política que é o 'fascismo', revelou definitivamente sua verdadeira natureza de serva do capitalismo e da propriedade agrária, de agente da contra-revolução. Mas revelou também que é fundamentalmente incapaz de desempenhar qualquer tarefa histórica".⁽⁵⁾

A pequena burguesia define-se sempre, portanto, "em última instância, em função do conflito principal", pois "os grupos médios não constituem um dos agentes sociais da oposição entre as classes; assim, sua prática política deve aceitar a definição, estabelecida pelas classes antagonicas, das linhas gerais do conflito principal",⁽⁶⁾ em virtude da "contradição ideológica própria da classe média: enquanto expressão privilegiada da divisão capitalista do trabalho, tende a ser atraída para o campo ideológico da burguesia; enquanto classe trabalhadora, tende a se solidarizar com o proletariado".⁽⁷⁾

Tal constatação não significa que sua intervenção política seja pouco relevante, mas apenas que esta se dá sempre articulada ou subordinada a uma das classes fundamentais. Assim, a intervenção de um movimento que arregimenta e mobiliza setores da pequena burguesia para um projeto antiooperário e subordinado à ordem vigente é um fenômeno da maior importância na luta de classes, em um contexto no qual, a despeito da situação de clandestinidade do PCB, ocorria uma aproximação entre

4 — POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975; POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais*. In: ZENITENHO, Raul Benitez. *As classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 91-116.

5 — GRAMSCI, Antonio. *O povo dos macacos* (2.1.1921). In: *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, V. 2, p. 32-33.

6 — SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p. 18.

7 — SAES, Décio. *Classe média e política*. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil republicano. V. 3: Sociedade e Política 1930-1964. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991, pp. 449-506, p. 452.

1 — Este artigo foi produzido a partir de material integrante da tese de doutoramento "O integralismo no processo político brasileiro (1945-1965)", defendida junto ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, sob orientação da Profa. Dra. Virginia Fomies.

3 — Ver a respeito DHEIFUSS, René Armand. *1964. A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

setores da pequena burguesia e o proletariado em alguns setores, como era o caso do movimento estudantil e o sindicalismo do setor terciário (bancários, comerciais, etc).

A subordinação dos integralistas aos grupos dominantes também é evidenciada pelo estabelecimento de vínculos orgânicos com grupos e entidades de classe representativas de diferentes frações da grande burguesia.

O semanário integralista de âmbito nacional *A Marcha*, que circulou entre 1953 e 1965, teve dentre seus principais anunciantes regulares grandes instituições financeiras — Banco Mauá, Banco Hipotecário Gramacho —, companhias aéreas — Cruzeiro do Sul, Varig, Panair — e lojas de departamento — Lojas Drago, Casa Valentin. Ressalte-se o caráter abertamente partidário do jornal, o que permite que se compreenda a publicação desses anúncios como forma de apoio político. Ainda mais direto foi o apoio de integrantes da burguesia na constituição da editora integralista Livraria Clássica Brasileira, destacando-se o banqueiro Gastão Vidigal e o industrial Euvaldo Lodi dentre seus principais acionistas.

A Livraria Clássica Brasileira publicou as principais obras de Salgado e dos demais autores integralistas e traduziu e editou dezenas de obras anticommunistas, reunidas na Coleção Escola do Ocidente. Algumas destas obras eram compradas em grande quantidade pelo Serviço Social da Indústria para distribuição entre seus associados. A existência destes vínculos não significa que o PRP fosse a opção preferencial de qualquer fração da burguesia brasileira, mas apenas que cumpria um papel que atendia aos seus interesses, particularmente pela disseminação do anticommunismo.

Em termos mais estritamente parlamentares e eleitorais, o PRP teve importantes oscilações

táticas durante o período de sua intervenção, ainda que mantendo os aspectos centrais de seu projeto. Durante os primeiros anos, estabeleceu aliança preferencial com o PSD, apoiando a candidatura e o governo do general Eurico Dutra. Em 1950, coligou-se à UDN, apoiando a candidatura presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes, recebendo em troca o apoio udenista à candidatura de Salgado ao Senado pelo Rio Grande do Sul.

Nas eleições estaduais, o apoio do eleitorado integralista, que oscilava entre cinco e oito por cento no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Bahia e São Paulo, era muitas vezes decisivo, e os integralistas o negociavam em troca de secretarias de estado, recursos financeiros para campanha eleitoral ou apoio em eleições municipais. Entre 1952 e 1955, o PRP seguiu uma linha de "independência partidária", lançando candidaturas próprias, inclusive a candidatura de Plínio Salgado à presidência da República em 1955, a qual obteve 714.379 votos (8,3%).

Em 1957, passou a apoiar explicitamente o governo de Kubitschek, recebendo em troca a presidência do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), que conservaria até 1962. Neste período, realizou diversas coligações com o PTB, com destaque para a coligação que elegeu Leonel Brizola governador do Rio Grande do Sul e o integralista Guido Mondin para o Senado, tendo integrado o governo Brizola entre 1959 e 1961, ocupando as secretarias da Agricultura e das Obras Públicas e a presidência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1960, apoiou a candidatura presidencial do Brigadeiro Lott (PSD-PTB). Ainda assim, passou a apoiar o governo de Jânio Quadros, permanecendo na presidência do INIC.

O PRP e o governo João Goulart

Salgado discursou no Congresso Nacional defendendo o "apoio a todas as medidas propostas à Casa no sentido de preservar a dignidade do Poder Legislativo".⁽⁸⁾ Três dias depois, após o pronunciamento dos ministros milita-

res vetando a posse de João Goulart, Salgado escreveu uma longa carta ao Ministro do Exército, marechal Odylio Denys, sustentando que um golpe de estado deveria ser evitado, pois serviria aos propósitos do Partido Comunista:

"No atual momento brasileiro, vejo o Partido Comunista organizado de forma a poder atuar no sentido de uma desordem generalizada, cujos efeitos não podemos prever em toda a sua plenitude. Senão vejamos: 1) Do ponto de vista político: levam os comunistas a vantagem de desfraldar a bandeira da legalidade e de pugnar pelo cumprimento da Constituição. [...] Isto pode criar um clima dos mais propícios à ação dos agentes de Moscou, dada a tendência do nosso povo para examinar as questões superficialmente e para submeter ao seu incorrigível superficialismo todas as questões que se lhe oferecem; 2) Sob o ângulo das diferenças regionais: o caso da posse, ou não, do atual Vice-Presidente da República, será certamente transformado numa reivindicação do Rio Grande do Sul, inflamando as paixões regionalistas [...]; 3) [...] Há cerca de cinco anos e com o recrudescimento desde a instalação do comunismo em Cuba, estão funcionando no Brasil escolas de guerrilhas, segundo a técnica e a sistematização de Mao Tse-tung [...]; 4) Em relação à situação social: não se pode negar o descontentamento popular, pelo encarecimento do custo de vida, o que gera disposição para o ingresso de grandes massas em qualquer movimento de desordem; 5) Apreciando o ato de renúncia: vê-se claramente, quer na alegação das causas ('vencido pelos grupos reacionários'), quer no apelo ('operários e estudantes'), que o ex-Presidente, conhecedor da aparelhagem política acima enumerada, sabe quais os efeitos de suas palavras".⁽⁹⁾

Alegando sua experiência de "velho lutador contra o comunismo", sugeria ao Marechal que permitisse a posse de Goulart para evitar uma "revolução comunista", impondo-lhe como condições o estabelecimento de uma política

externa anticommunista, a formação de um "ministério de concentração nacional do qual participem todos os partidos políticos" e a aceitação das Forças Armadas como fiadoras de tais compromissos.⁽¹⁰⁾

Salgado acrescentava que "em relação à posse do atual Vice-Presidente da República, dou meu testemunho pessoal de que se trata de um homem equilibrado, que muitas vezes manufetou sua índole e pensamento conservadores".⁽¹¹⁾ Esta carta foi lida por Salgado na Tribuna da Câmara dos Deputados.⁽¹²⁾ A posição então assumida por Salgado visava garantir a manutenção da ordem institucional vigente, e com ela os espaços de intervenção conquistados pelos integralistas, além de garantir a participação do PRP em um eventual ministério de conciliação.

Naquele contexto, uma ruptura institucional radical não parecia necessária nem se apresentava vantajosa aos integralistas, sendo preferível obter compromissos de Goulart. Assim, é compreensível o apoio entusiasmado dos integralistas ao golpe parlamentarista, limitando os poderes de Goulart, mas preservando a ordem institucional vigente. Com a posse de Goulart, os integralistas saíram fortalecidos, sustentando que Salgado foi um dos autores da proposta de emenda parlamentarista, o que era confirmado em declarações de parlamentares de outros partidos. Ao mesmo tempo, enquanto via a ascensão de João Goulart à presidência, não perdia oportunidades de lembrá-lo que os votos integralistas foram decisivos para sua eleição em 1960, bem como da carta enviada por Salgado ao Ministro do Exército, assegurando que Goulart seria "democrata e anticommunista".

Efetivada a posse de Goulart, a 7.9.61, e constituído seu primeiro Gabinete, chefiado por Tancredo Neves, no dia seguinte, o PRP tratou, mais uma vez, de buscar a conquista de postos governamentais. Em entrevista ao Correio Brasiliense, Salgado voltou a refutar as vinculações de Goulart com o "comunismo": "[...] acaso o vice-presidente da República, hoje presidente,

9 — Correspondência de Plínio Salgado a Odylio Denys, s./d. (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro - Correspondências Políticas: Prrp 62.000/94).

10 — *Id. ib.*

11 — *Id. ib.*

12 — SALGADO, Plínio. Carta ao Marechal Odylio Denys sobre a posse do Vice-Presidente da República João Goulart, 28.8.1961. In: *Discursos Parlamentares*. ob.cit., p. 168.

é um agitador perigoso? Não. E dissemos não porque o sr. João Goulart é um homem de bom senso, tem a mentalidade patriarcal dos estancieiros do Sul e que muitas vezes revelou sua capacidade para contornar crises e tranquilizar o País. Mas, nesse caso, podemos ainda perguntar: o sr. João Goulart adota a ideologia comunista? Também não, pois todos o conhecemos.⁽¹³⁾

Ao mesmo tempo, criticava a "ambição desordenada dos chamados 'grandes partidos', deixando à margem e descontentes os chamados 'pequenos partidos'".⁽¹⁴⁾

A indicação de Tancredo Neves era entusiasticamente aprovada: "A escolha do sr. Tancredo Neves para o cargo de Primeiro Ministro do novo regime que se inicia foi uma das mais acertadas. Homem reservado, de atitudes comedidas e pronunciamentos serenos, dignos e oportunos, inspira a confiança de todos. Pelas suas qualidades de jurista e virtudes de caráter está predestinado a um desempenho condigno com o alto cargo para o qual foi indicado".⁽¹⁵⁾

Em 23 de setembro, o PRP formalizou seu apoio ao novo governo, reafirmando a proposta de formação de "uma concentração nacional em que participassem todos os partidos".⁽¹⁶⁾

A diretriz afirmava que o partido deveria "adotar a linha do bom senso neste período de transição [...] não pretendendo se praticar no momento um rigoroso parlamentarismo clássico, cerceando demasiadamente o Presidente da República"; denunciava os que pretendiam "implantar no País uma situação de desordem"; reafirmava que "no atual instante a maior ameaça contra nossa Pátria é o comunismo"; e determinava que "não devemos nos manifestar isoladamente em relação ao Governo Central, aos Governos dos Estados ou aos partidos".⁽¹⁷⁾

A pretensão em ampliar sua participação no governo foi frustrada, mas o partido conseguiu conservar a presidência do INIC, considerado estratégico pela sua importância política e pelos

lho para as Américas, o Brasil ocupa lugar de especial destaque", concluindo que "o reatamento das relações diplomáticas com a Rússia revelou a existência em nosso País de um pensamento digno dos acomodados, dos negligentes, dos oportunistas e dos fatalistas".⁽²¹⁾

Na Câmara, o deputado integralista Oswaldo Zanello (PRP-ES) acirrava a crítica, pedindo abertamente às "classes armadas" que impusessem uma mudança na política externa: "Restamos nesta hora de luto nacional, apelar para o patriotismo de nossas classes armadas, a fim de que resguardem nossas mais puras tradições de brasilidade, procurando reprimir e da forma mais viril a infiltração comunista no Brasil e nas Américas, exigindo do governo, como responsável pela manutenção da ordem interna e da segurança da Nação, que o Brasil se integre novamente no sistema pan-americano, rompendo suas relações com o regime sangüinário, tirânico e opressor de Fidel Castro. O Brasil confia nas suas classes armadas e sabe que elas não lhe falharão".⁽²²⁾

Em novo discurso, Zanello afirmou que "o governo está mancomunado e orientado pelos comunistas", "facilitando-lhes a ação subversiva, criando no país uma ambiência periculosa [sic] de domínio vermelho ou amarelo", e exigia a demissão dos comunistas do governo, dos cargos públicos, das cátedras, das classes armadas, dos sindicatos, do Parlamento e do meio estudantil, a proibição da venda de livros "subversivos", e a própria queda do governo: "Derrubá-lo é a maior obra de patriotismo que a Câmara poderá fazer. Que os deputados providenciem isto antes que esse governo que está aí tenha tempo de destruir nossas instituições democráticas".⁽²³⁾ O deputado Abel Rafael (PRP-MG) qualificava o reatamento com a União Soviética como um "crime contra o Brasil" e afirmava que "os russos estão fazendo o que querem em nosso país".⁽²⁴⁾ Esta tese era difundida por *A Marcha*, que denunciava a entrada em

massa de agentes soviéticos no Brasil, apelando para "o presidente da República e o Conselho de Ministros chamarem à razão este irresponsável chanceler San Tiago Dantas".⁽²⁵⁾

A crítica à política externa do governo Goulart, que em termos gerais seguia e apoiava a "política externa independente" inaugurada no governo Jânio Quadros, teve uma função relevante para o PRP no período em que ele participava do governo, pois era utilizada como uma compensação oferecida aos seus militantes que discordavam do apoio àquele governo e, ao mesmo tempo, visava impedir que a UDN monopolizasse a crítica de direita contra o comunismo e sua suposta "infiltração" no governo. No entanto, a participação do partido no governo, à frente do INIC e do IPASE, tornou tal discurso cada vez mais contraditório e insustentável, gerando um impasse crescente, só resolvido com o rompimento definitivo, às vésperas das eleições estaduais de 1962.

A partir de junho de 1962, quando o Gabinete chefiado por Tancredo Neves entrou em crise, o PRP passou a criticar abertamente o governo como um todo, não se restringindo mais à política externa, embora ainda tenha conservado os cargos que detinha no governo por mais três meses. No início daquele mês, Abel Rafael defendeu a queda do Gabinete: "Eu quero derrubar o Gabinete. A casa não quer. Cada qual tem um emprego a pedir, uma verba a liberar, uma estrada a abrir. Enquanto houver institutos, houver empregos, etc., não se derruba ninguém".⁽²⁶⁾ Com a demissão do Gabinete chefiado por Tancredo Neves e a indicação de San Tiago Dantas para o cargo de Primeiro Ministro, os integralistas radicalizaram sua oposição. Salgado discursou criticando o "esquerdistismo" de sua gestão no Ministério das Relações Exteriores e encaminhou a declaração de voto do PRP contra a aprovação de seu nome, assinada pelo cinco deputados federais do partido.⁽²⁷⁾

De acordo com *A Marcha*, "não é de hoje que

13 — Entrevista concedida por Plínio Salgado ao Correio Braziliense, s/d. Original datilografado (APHC-FPS 091.003.004).

14 — A palavra de Plínio Salgado em Palestras com o povo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.9.1961, p. 2.

15 — O premier. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.3.1962, p. 2. Grifos meus.

16 — Diretrizes da Presidência Nacional do PRP, 23.9.1961 (APHC-PRP 23.09.61/3). Grifos meus.

17 — As Diretrizes foram publicadas no jornal partidário: Diretrizes do PRP sobre o regime parlamentarista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.10.1961, p. 3.

18 — O Governo existe? *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.11.1961, p. 1.

19 — PRP comanda ofensiva anticomunista no país. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.11.1961, p. 1.

20 — SALGADO, Plínio. Reatamento de relações diplomáticas com a URSS, 29.11.1961. In: *Discursos parlamentares*, ob. cit., p. 411.

21 — *Id. ib.*, p. 432 e 425.

22 — Apelo de Oswaldo Zanello às Forças Armadas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 1º.3.1962, p. 2.

23 — Discursos Parlamentares. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.3.1962, p. 2. Grifos meus.

24 — Discursos de Abel Rafael, Oswaldo Zanello e Almo Almir. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 24.5.1962, p. 2.

25 — Política de San Tiago trampolim para a invasão bolchevista no Brasil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 31.5.1962, p. 1 e 6.

26 — Discurso de Abel Rafael sobre a Mção de Censura ao Ministro San Tiago Dantas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 7.6.1962, p. 2.

27 — Declaração de voto da bancada do PRP, 28.6.1962. In: SALGADO, Plínio. *Discursos parlamentares*, ob. cit., p. 197-198.

o deputado Plínio Salgado, coerente com a doutrina integralista, vem advertindo a Nação para o perigo que representa, em potencial, este homem que até hoje nada fez pelo Brasil a não ser causar-lhe prejuízos morais e materiais".⁽²⁸⁾

O voto pela rejeição da indicação de Dantas representou um passo importante na articulação do PRP com o conjunto das forças de direita, reunidas na Ação Democrática Parlamentar, a qual, contando com 158 deputados federais, dentre os quais os cinco do PRP, fechou questão na rejeição de seu nome.⁽²⁹⁾

A formação dos dois grandes blocos parlamentares que polarizaram a disputa política no Parlamento nos dois anos seguintes — Ação Democrática Parlamentar e Bloco Parlamentar Nacionalista — levou ao alinhamento natural dos integralistas ao bloco de direita — ADP —, tornando irreversível seu afastamento do governo Goulart. A rejeição da indicação de San Tiago Dantas pela Câmara deu origem a uma crise política, cujo passo seguinte foi a indicação, por Goulart, do nome do deputado conservador Auro Moura Andrade (PSD-SP) para o cargo de Primeiro Ministro, apoiada pelos parlamentares integralistas. A aprovação do nome de Andrade foi recebida com grande satisfação pelos integralistas, pois determinaria uma guinada conservadora do governo Goulart.⁽³⁰⁾

No entanto, a forte reação popular levou à renúncia de Andrade e aprofundou a crise política. Goulart retomou a iniciativa, indicando Francisco Brochado da Rocha (PTB-RS) à Chefia do Governo, para descontentamento dos integralistas. A aprovação do Gabinete por ele chefiado, contra o voto de apenas 58 deputados, foi uma derrota para o PRP, levando ao seu rompimento definitivo com Goulart.

Dias depois, a *Marcha* responsabilizava Goulart e Brochado pela "subversão da ordem", supostamente configurada na campanha pela antecipação do plebiscito: "O plebiscito, de reivindicação justa, passou, nas bocas e nas mãos dos agitadores, a mero pretexto de confusão,

demagogia eleitoral e aberto convite à baderna, à mazorca, à convulsão nacional".⁽³¹⁾

Confirmada a antecipação do Plebiscito, marcado para 6 de janeiro de 1963, os integralistas passaram a defender o não reconhecimento do Plebiscito e o voto nulo: "[...] debaixo de pressões de todos os gêneros e modos, o Congresso capitulou, marcando a consulta ao povo para 6 de janeiro. E os integralistas? Só têm uma maneira para se conduzirem em tal plebiscito, não se manifestando nem por uma forma nem por outra. Apenas escrevendo na cédula a palavra Integralismo".⁽³²⁾

O último gabinete parlamentarista, liderado por Hermes Lima, também teve acirrada oposição dos integralistas. No decorrer do segundo semestre de 1962, os integralistas questionavam diretamente a legitimidade daquele governo e denunciavam a existência de um suposto "plano golpista" que seria executado pelo governo ou com sua cumplicidade, argumento que seria desenvolvido durante o ano seguinte e até o golpe de Estado em 1964. Nas eleições estaduais de 1962, os integralistas alinharam-se claramente com os demais grupos conservadores nos principais estados, apoiando as candidaturas de Adhemar de Barros (PSP/SP), Ildo Meneguetti (PSD/RJ), Lomanto Júnior (UDN/BA), Paulo Fernandes (PSD/RJ), Virgílio Távora (PSD-CE), João Cleofas (UDN/PE), todos contrários a Goulart.

Em São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia, a votação proveniente do eleitorado integralista foi decisiva para a vitória dos candidatos apoiados pelo PRP, pois a diferença de votos foi inferior à votação recebida pela bancada parlamentar do partido. Especialmente expressiva do rompimento com os setores governistas era a participação do PRP na coligação conservadora constituída no Rio Grande do Sul para enfrentar o candidato do então governador Leonel Brizola, de cujo governo o PRP participara por quase três anos, posição mantida nas eleições municipais de 1963, sob a direção de "manter a Ação Democrática Popular e só em último

caso, realizar coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro".⁽³³⁾ O PRP participou do governo Ildo Meneguetti, assumindo as secretarias da Administração e da Fazenda, as presidências do Banco do Estado do Rio Grande do Sul e do Instituto de Previdência do Estado, e diretorias da Comissão Estadual de Silos e Armazéns, do Departamento de Imprensa Oficial, da Junta Comercial do Estado e da Caixa Econômica Estadual.⁽³⁴⁾ Em São Paulo, o apoio a Adhemar de Barros era justificado em nome do anticomunismo: "A vitória eleitoral de Adhemar de Barros em São Paulo [...] significará um golpe de morte no processo de bolchevização por que passa o país", sustentando que "com jânio eleito, o Brasil correrá perigo de sangue".⁽³⁵⁾

O PRP participou do governo Adhemar ocupando a Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio e a presidência do Instituto de Previdência do Estado, mas teve sua participação reduzida no decorrer do governo. Em junho de 1962, os integralistas lançaram um Manifesto criando

A campanha anticomunista e a defesa do golpe de Estado

O PRP teve uma intervenção relevante no processo que conduziu ao golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, ainda que esta seja praticamente desconsiderada pela historiografia. Esta intervenção se efetivou tanto através das manifestações públicas do partido nos meses que antecederam o golpe, utilizando-se de manifestos, notas públicas e discursos parlamentares, quanto pela articulação concreta de lideranças integralistas com outros grupos golpistas, sempre tendo como tônica principal o anticomunismo.

A restauração do presidencialismo, determinada pela esmagadora vitória obtida pelo governo no plebiscito de janeiro de 1963, constituiu-se em marco para a adoção de um novo patamar de radicalização do oposicionismo integralista.

A partir de então, o governo Goulart seria tratado como um inimigo perigoso, sempre as-

o "Movimento de Reconstrução Nacional", já anunciando uma mobilização mais agressiva contra o governo Goulart: "Considerando que não se pode mais perder tempo com a política mediocre dos partidos [...] propomos neste instante à Nação Brasileira um movimento no sentido de reconstruir tudo o que sentimos destruído em nossa Pátria, lançamos o Movimento de Reconstrução Nacional. [...] Conclamamos o povo de nossa terra principalmente os pais de família, que pela sua formação cristã são chamados ao bom combate para evitar, enquanto o tempo, as desgraças iminentes que ameaçam o Brasil e ver cerrar fileiras em torno da nossa bandeira em que inscrevemos a trilogia sagrada: Deus, Pátria, Família."⁽³⁶⁾

Este Movimento não prosperou, mas o tom de seu manifesto de lançamento marcaria a intervenção integralista a partir de então, quando os integralistas passariam a propugnar abertamente pela derrubada violenta do governo Goulart, através de um golpe de Estado.

sociado ao comunismo, motivo pelo qual jamais se poderia conciliar com ele, tornando progressivamente explícita a opção dos integralistas pela alternativa golpista. Reunido em Convenção Nacional em maio de 1963, o PRP produziu uma Nota Oficial "considerando extremamente grave a situação brasileira", propondo "uma alta política de bom senso e de equilíbrio", para evitar "que o País venha a cair nas mãos da desordem ou na de uma ordem que suprima as liberdades democráticas" e permitir que fossem restauradas "a ordem econômica, a ordem financeira, a ordem social, a ordem política, a ordem administrativa, a ordem moral, a disciplina e a hierarquia dos valores".⁽³⁷⁾

Em setembro do mesmo ano, a Bancada do Partido na Câmara Federal lançou outra Nota, apelando diretamente para a intervenção das Forças Armadas: "A Bancada do Partido de

33 — Orientação sobre as eleições municipais de 1963, 9.12.1962 (Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular — Documentação do Diretório Regional).

34 — Participação do PRP no governo gaúcho. *Boletim do PRP* Porto Alegre, out. 1963, p. 1.

35 — Adhemar e Lacerda unidos contra o comunismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.7.1962, p. 1.

36 — Plínio em Bauru preconiza a reconstrução do país. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.6.1962, p. 1 e 3.

37 — Nota Oficial da Convenção Nacional do PRP, 2.1.5.1963 (Centro de Documentação sobre a AIB e o PRP — Documentação do Diretório Nacional).

28 — Com Jânio e depois com Jango o PRP sempre ficou contra San Tiago Dantas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.6.1962, p. 1.

29 — Por que a ADP votou San Tiago. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.6.1962, p. 2.

30 — Comunistas derrotados com a vitória de Auro. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.6.1962, p. 1.

31 — O Brasil precisa andar. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.9.1962, p. 1.

32 — O plebiscito. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.11.1962, p. 3.

Representação Popular na Câmara Federal denuncia à Nação Brasileira a existência e funcionamento de um *Soviet* em nosso País, nos moldes exatos do que se instalou em Petrogrado em 1917, aqui sob o pseudônimo de CGT. [...] Nestas condições, a bancada do Partido de Representação Popular *apela para o punador, o brio, a honra, o patriotismo, das Forças Armadas, para que evitem, a todo o transito, as desagraças que se prefiguram para a Nação brasileira* e alerta o povo de nossa Pátria para que em união sagrada levante nesta última oportunidade de que depende a salvação nacional".⁽³⁸⁾

A partir de então, as manifestações dos integracionistas contra o governo Goulart sucederam-se em ritmo acelerado. Na semana seguinte, Salgado discursou na Câmara, responsabilizando o presidente pelo clima de "agitação" e "desordem": "Desde que Sua Exa. assumiu a Presidência da República, recrudesceram as agitações políticas de estudantes, comícios promovidos pelo próprio Presidente da República e garantidos por forças do Exército para lançar o País no campo das paixões, da confusão e da ruína, ou temos greves sucessivas que trazem prejuízos de bilhões à Nação. [...] Se existe alguém responsável pela desordem reinante, alguém responsável pelos prejuízos acarretados ao País, pelas greves sucessivas a que estamos assistindo, esse responsável é o Presidente da República. [...] Falta autoridade no atual movimento nacional, falta ordem, falta sentido de responsabilidade. [...] Falta ao Chefe da Nação autoridade moral para pretender acordos entre patrões e empregados ou para intrrometer-se na vida do Legislativo".⁽³⁹⁾

No dia seguinte, Salgado encaminhou o voto contrário da Bancada do PRP ao projeto governamental de reforma agrária, qualificando-o como tentativa de destruição da agricultura e da pecuária brasileiras: "Esta é uma hora dolorosa em que o princípio de autoridade está completamente combalido; em que já não há mais

hierarquia e nem disciplina; em que assistimos a inversão dos valores; em que ouvimos teóricos e doutrinadores, metafísicos ou românticos, trazendo mais achas à fogueira em que arde a Nação. Esta hora em que vemos a dissolução completa da orgânica brasileira e, agora, ainda se pretende, depois de sucessivas greves alimentadas pelo próprio poder constituído, ainda se pretende destruir a única coisa que ainda tem alguma organização no Brasil; a nossa lavoura e a nossa pecuária. Este é um momento doloroso da nossa Nação".⁽⁴⁰⁾

O deputado Oswaldo Zanello protestou contra a concessão da condecoração do Marechal Tito, apontado como "o novo Nero, o maior perseguidor da Igreja", e apresentou um projeto de Lei declarando-a sem efeito.⁽⁴¹⁾ Na mesma semana, Salgado posicionou-se contra a solicitação governamental de decretação de Estado de Sítio, qualificando-a como "precipitação dos Ministros Militares", "mesmo amenzado por essa adorável irmã Paula que aparece em todas as ocasiões em nossa Casa Legislativa, com suas fórmulas conciliatórias, ou trazendo o esparadrapo para curar feridas - o PSD".⁽⁴²⁾ Os deputados perrepiatas se revezavam nos discursos contra Goulart. Zanello acusava que "nunca, jamais, em tempo algum, houve nesse país governo factioso, medíocre e irresponsável como esse que até aqui se infelicitar a Nação e desesperar o povo brasileiro"⁽⁴³⁾ e Abel Rafael Pinto considerou a administração de Goulart "nula".⁽⁴⁴⁾

Salgado, por sua vez, sustentava que "o que se está passando no Brasil é absolutamente idêntico ao que se passou na Rússia em 1917", agravado pela "presença em nosso País de uma embaixada cujo governo tem, como ponto de programa, a implantação do comunismo no mundo".⁽⁴⁵⁾ Ainda em outubro de 1963, Salgado enviou uma "Mensagem ao Povo Gaúcho", sustentando que existia uma "ampla infiltração comunista" no governo federal: "Homens

38 — Nota Oficial da Bancada do PRP na Câmara Federal, 24.9.1963 (APHRC-FPS 016.004-002). Grifo meu.

39 — SALGADO, Plínio. Pronúncia-se contra a demagogia governamental, 30.9.1963. In: *Discursos parlamentares*, ob. cit., p. 234-235.

40 — Discurso de Plínio Salgado na Câmara dos Deputados em 1º.10.1963. In: *Discursos parlamentares*, 1963, p. 163.

41 — Discurso de Oswaldo Zanello na Câmara dos Deputados em 1º.10.1963. In: *Discursos parlamentares*, 1963, p. 7495 (APHRC-FPS 015.023.009).

42 — SALGADO, Plínio. A desordem no sistema presidencialista e o Estado de Sítio, 7.10.1963. In: *Discursos parlamentares*, ob. cit., p. 236-237.

43 — Discurso de Oswaldo Zanello na Câmara dos Deputados em 10.10.1963. In: *Discursos parlamentares*, 1963, p. 7662.

44 — Discurso de Abel Rafael Pinto na Câmara dos Deputados, 1963, p. 7659-7672.

45 — SALGADO, Plínio. Advertência às esquerdas, 24.10.1963. In: *Discursos parlamentares*, ob. cit., p. 239-241.

reconhecidamente comunistas ocupam altos postos no Governo, desde os auxiliares diretos do Presidente da República, aos ministros e presidentes de autarquias. O meio estudantil está dominado pela União Internacional dos Estudantes, com sede em Praga, e subordinada ao Consomol, uma das mais importantes seções do Kominform. O operariado está dominado pela ditadura de um soviete que entre nós tem o nome de CGT. A infiltração na imprensa de elementos vermelhos é notória. Nos círculos do professorado superior e secundário é tão grande a influência de elementos de Moscou, que recentemente num manifesto vibrante de patriotismo, uma centena de professores universitários denunciou à Nação as atividades de mestres no sentido de formarem em seus alunos uma mentalidade comunista".⁽⁴⁶⁾

A tese de que havia uma revolução em curso fundamentava a argumentação em favor do golpe revolucionário iminente, ainda que para isto fosse necessário denunciar conspirações inexistentes, como fica evidente em um episódio relatado pelo perrepiata Antonio Pires, então Secretário de Administração do Rio Grande do Sul: o Chefe da Casa Civil, Plínio Cabral denunciou à imprensa, em janeiro de 1963, que "estava em marcha um movimento revolucionário, tendo seus articuladores até marcado data para eclodir-lo, adiando-o por duas vezes", sustentando que "o Governo do Estado havia abortado o golpe com medidas que tomou de forma secreta, mas que os aventureiros pretendiam levá-lo a cabo no início de janeiro".⁽⁴⁷⁾

A declaração gerou uma crise política, já que a Assembleia Legislativa convocou os secretários da Justiça e da Segurança Pública para prestarem esclarecimentos, o que foi recusado pelos mesmos, visto que sabiam que a denúncia era forjada. Mesmo assim, Pires ofereceu-se para responder pela Secretaria de Segurança

Pública e comparecer à Assembleia, junto com José Antonio Zuza Aranha, que passou a responder pela Secretaria da Justiça, conforme relatou Pires: "Fui preparar-me para o embate que ocorreu dia 8 de janeiro. Os subsídios fornecidos por Plínio foram apoucados. Havia tiros de festim e escassa munição. O importante era aproveitar a oportunidade para agitar idéias e pregar na ofensiva. Assim procedi, como relataram os jornais da época. [...] No único e ligeiro encontro entre eu, José Antonio Zuza Aranha e Plínio Cabral para ajustamento dos ponteiros, acordou-se que se fosse necessário nominar o chefe da conspiração, este seria chamado de Otávio. Zuza, no seu depoimento que antecedeu o meu em um dia, confundiu-se e nomeou Osvaldo em vez de Otávio. Tive de confirmá-lo... O certo é que nunca existiu nem Osvaldo nem Otávio. Foi coisa de fértil imaginação... O relevante é que termos aproveitados a ocorrência da opinião pública para o que se passava [sic]. Foi um alerta".⁽⁴⁸⁾

Nos três primeiros meses de 1964, os deputados federais do PRP proferiram dezoito discursos anticomunistas e anijanguitas, de acordo com levantamento da Assessoria Parlamentar do PRP.⁽⁴⁹⁾ Em fevereiro, Salgado seguiu afirmando que "no Brasil se processa a preparação de uma guerra civil".⁽⁵⁰⁾

O Diretório Regional do PRP no Rio Grande do Sul regia, em Nota Oficial, contra os decretos presidenciais anunciados por Goulart no começo da Central do Brasil, considerados pecados "de um terrível esquema de aniquilação da Nação Brasileira": a encampação das refinarias de petróleo visaria "dar aos subversivos as condições necessárias à paralisação do país em 24 horas e entregá-lo à sanha revolucionária dos esquerdistas de todos os matizes", enquanto o Decreto da Superintendência da Reforma Agrária teria "como objetivo essencial a agitação, o atropelo da propriedade privada e o desmantelamento da produção".⁽⁵¹⁾

46 — Plínio Salgado ao Povo Gaúcho, *Boletim do PRP*, Porto Alegre, out. 1963, p. 1.

47 — Citado por PIREZ, Antonio. *Pelo PRP na política gaúcha*. Depoimento para o CDAIBPRP. Porto Alegre: mimeo, 1997, p. 92.

48 — *Id. ib.*, p. 93. Grifos meus.

49 — Discursos parlamentares anticomunistas da bancada federal do PRP na crise antecedente à Revolução de março-abril de 1964 (20.1 a 31.3.1964) (APHRC-FPS 015.025).

50 — SALGADO, Plínio. O Povo Brasileiro, a reforma agrária, o voto do analfabeto, a Guerra Revolucionária e a legalização do Partido Comunista, 28.2.1964. In: *Discursos Parlamentares*, ob. cit., p. 252.

51 — PRP abre baterias contra os decretos presidenciais. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13.3.1964 (CDAIBPRP-Recortes).

Uma manifestação especialmente importante no contexto do imediato pré-golpe foi o Manifesto da Bancada do PRP, lançado dez dias antes do desencadeamento da ação militar, "denunciando" o agravamento da situação política nacional, tornada mais aguda pelos episódios que se desenvolveram no Estado de Guanabara no dia 13 do corrente", e dirigindo-se à Nação para "alertá-la sobre os perigos que a ameaçam e informá-la sobre a inequívoca posição que adota em sua defesa e das instituições por que se rege": "O Brasil se encontra em estado de semi-ocupação pelo Partido Comunista, organização internacional a serviço do imperialismo sino-russo, de caráter ideológico, econômico e militar. Os agentes das potências estrangeiras comandam o assalto final ao Poder. [...] Denunciamos ao Povo Brasileiro, ao seu juízo e ao juízo da História, o atual detentor do Poder Executivo da República, sr. João Goulart, como o principal responsável pela situação acima descrita e pelas consequências trágicas que dela decorrerão para o Povo Brasileiro. E hoje o presidente da República elemento chave utilizado pelo Partido Comunista ao assalto ao Poder. A 13 do mês corrente, no Estado da Guanabara, o detentor do Poder Executivo da República, comparecendo a um comício organizado por agitadores, em local proibido, praticou ato capitulado como crime contra a Segurança do Estado, por lei em plena vigência. É a segunda vez que o faz. Ali ouviu, aplaudiu, aprovou e secundou, com suas próprias palavras, pronunciamentos sediciosos contra a Constituição e a ordem jurídica estabelecida nas leis votadas pelo Povo, levando a intranquilidade, a angústia e o pânico aos lares brasileiros. [...] Não reconhecemos no atual detentor do poder Executivo, autoridade a qualquer título, para nos impor, como pretende, a sua von-

A participação integralista nas articulações e mobilizações golpistas

Paralelamente aos discursos parlamentares, proclamações e notas públicas contra o governo Goulart, os integralistas procuravam estabelecer laços e se articularem com outras forças golpistas, visando uma ação conjunta.

No que se refere especificamente aos parti-

tado, no que tange à solução de problemas da mais alta complexidade com que se defronta a Nação; nem lhe reconhecemos credenciais próprias ou indúvidas. Já não há, portanto, uma dúvida razoável. Os atos e procedimentos do detentor do Poder Executivo da República não se condicionam mais à Constituição, seja como Lei Orgânica, seja como instrumento de governo, seja como limitação do Poder. [...] A violência arbitrária, responderemos com a força do Direito, que *legítima a força no Direito*. Por isso mesmo advertimos: ao lado do povo brasileiro, defenderemos até o último alento a liberdade que pretendem roubar-nos. De cidade em cidade, de rua em rua, de casa em casa, palmo a palmo, disputaremos o chão deste país. *A qual-quer preço e por todos os meios*. [...] Nem o terror de uma ditadura comunista, nem caudilho algum tripudiará sobre o brito, a honra, o sangue e as lágrimas desta Nação".⁽⁵²⁾

Desta forma, em nome da manutenção da "democracia", que estaria ameaçada pela permanência de Goulart no poder, os integralistas construíam uma justificação para a ruptura institucional, através da "força legítima", o que foi reforçado no dia 31 de março, em um discurso de Abel Rafael Pinto, justificando e solidando abertamente o uso da força para a deposição de Goulart.⁽⁵³⁾

A constante e crescente manifestação dos integralistas nos últimos meses do governo Goulart inseriam-se, certamente, em um contexto mais amplo de mobilização e manifestação dos diferentes grupos de direita. Ainda que muitas vezes as críticas dos integralistas se confundissem com as de outros grupos, em especial, a UDN, deve-se, no mínimo, reconhecer que a intervenção do PRP contribuiu para a obtenção do apoio ao golpe em parcelas da sociedade civil, em especial junto à pequena burguesia.

dos políticos, a eleição de 1962 nos estados foi um momento decisivo do estabelecimento desta articulação, não apenas através do apoio a candidatos da UDN e dos setores antianguitistas do PSD para os governos da maior parte dos estados, mas, ainda, com o financiamento de

candidaturas parlamentares do PRP pelo complexo IPES /IBAD, que financiaram candidaturas antianguitistas nas eleições de 1962 e coordenaram a articulação golpista na sociedade civil. Em junho de 1962, uma longa carta confidencial e não assinada, dirigida a Teixeira Coelho, chefe do "Cabinete Militar" de Plínio Salgado, relatava as atividades do complexo IPES /IBAD, sugerindo que o PRP tirasse proveito do esquema: "Agora vou lhe contar o 'mapa da mina' e admito que vocês aí no Rio não saibam disso. Por isso, este assunto é confidencial. Logo que foi aprovado, na Câmara dos Deputados, o chamado projeto de remessa de lucros (que contém dispositivos arrojados), as chamadas 'classes conservadoras' ou forças da produção (Ass. Comercial, Centro das Indústrias, Federação das Indústrias, etc.) daqui de São Paulo se alarmaram e se entenderam com as congêneres daí do Rio e de Belo Horizonte. Reuniu-se aqui e deliberaram enfrentar o problema, estruturando entidades, para o público, de estudos e pesquisas sociais. Aqui em São Paulo é o IPES (Instituto Paulista de Estudos Superiores), aí no Rio, o INES (Instituto Nacional de Estudos Superiores) e em Minas o IMES (Instituto Mineiro de Est. Sup.). Para uso externo, convidam maiores, políticos, governadores, etc. para palestras e conferências e fazer-lhes sentir as suas preocupações, em face da Frente Parlamentar Nacionalista, de nítida tendência esquerdista e, daí, os receios deles, dessas classes conservadoras. Entretanto, *há uma atividade interna: financiar candidatos, de quaisquer legendas, desde que seja 100% antianguitistas*. A princípio, e na primeira reunião, desses capitães de empresas, daqui, eles fizeram uma 'vaca' que rendeu 300 milhões, e os planos são para atingir um bilhão. Estabeleceram meio por cento, taxativo, sobre os lucros líquidos apurados nos respectivos balanços dessas empresas, desses empresários e maiores da indústria e do comércio, daqui. Aqui, o 'homem', encarregado de centralizar essa atividade reservada é o banqueiro Leopoldo Figueiredo. Aí no Rio é o ci-

dadão Ruy Gomes de Almeida. Em B. Horizonte, é um cidadão Pierruti, ou nome parecido. [...] Eu mesmo tive oferecimento de uns 3 ou 4 milhões, para disputar por Mato Grosso. [...] O homem (de certo cumprindo orientação geral deste grupo reacionário, de direita), exige que o candidato assinasse um compromisso escrito, de seguir a orientação que eles querem ... [...] Pelas minhas ligações, estava eu tentando um auxílio substancial, da ordem de 10 a 20 milhões, para o nosso homem, candidato a federal, por aqui, neste pleito [Plínio Salgado]. Acontece que este chefe fez uma brilhante exposição, pela televisão, há cerca de dois a três meses [...] e satirizou, para nós, brilhantemente. Mas, - acredito - não foi brilhante para essa turma reacionária de direita, pois o nosso candidato declarou, claro e sinceramente que o projeto (respondendo pergunta) de remessa de lucros teve a votação de nosso partido ou melhor, dos deputados do nosso partido [...] Isso, por certo, abespinhou a turma reacionária de direita que está esfriando quanto às possibilidades de auxílio. [...] Aí no Rio, também há o 'homem', Ruy Almeida, maiores propositos de combate antianguitista, auxiliando candidatos. Também em Minas, o IMES tem os mesmos propósitos. E, assim, em conclusão, sugiro que você entre em ação aí, - arranje uma ligação direta com o cidadão Ruy de Almeida (há um companheiro nosso, do Diretório Nacional que é vice-presidente da Associação Comercial, e ele lhe poderá abrir a porta, para este assunto). Aliás, em Minas, você poderá ter uma conversa séria com o deputado Abel, que, como deputado, tem credenciais para apresentar-se, e deve conhecer, melhor que eu, a posição do IMES, de Belo Horizonte. [...] É preciso descobrir a 'chave' do problema e abrir a porta; conseguido isso, julgo que a *Marcha* terá um amparo financeiro regular, sério, por via de auxílio ou de recomendações de publicidade. O momento é oportuno, pois a infiltração comunista que tanto os atemoriza, e que está levando nosso país a um plano inclinado para o

52 — Bancada do PRP lança manifesto sobre a gravidade da situação nacional. *Diário Popular*, São Paulo, 21.3.1964, p. 1 (APHRC-FPS 114.005.REC.64). Grifos meus.

53 — Discursos parlamentares antianguitistas da bancada federal do PRP na crise antecedente à revolução de março-abril de 1964 (20.1 a 31.3.1964) (APHRC-FPS 015.026).

esquerdismo proporciona recursos idôneos [sic], com que *A Marcha* poderá contar, para um combate ideológico, sério, à penetração vermelha".⁽⁶⁴⁾

Ainda que tal correspondência revele que naquele momento o PRP ainda não tinha uma vinculação maior com o complexo IPES/IBAD, indubitavelmente seria buscado pela liderança integralista em busca de financiamento, além de evidenciando uma liderança integralista de São Paulo estava bastante entrosada no esquema, sugerindo várias possibilidades para que o PRP fosse beneficiado. Uma delas, pelo menos, produziu resultado efetivo: o financiamento da candidatura à reeleição do deputado federal Abel Rafael, pelo IBAD, que se tornou público em agosto de 1963. Abel Rafael, em face de provas irrefutáveis, admitiu as ligações com o IBAD, e tentou explicá-las, de forma "criativa", "dizendo que estas se limitaram ao recebimento de uma ajuda em sua campanha eleitoral, a fim de poder enfrentar o predomínio econômico de certos capitalistas [sic] e de uma turma de pelegos que sempre usou o governo e as nomeações do governo, o Banco do Brasil, a LBA e os institutos, a seu talante".⁽⁶⁵⁾ Admitiu ter recebido "o auxílio de cédulas, cartazes, faixas, poucos programas de rádio", e ainda acrescentou que o IBAD "não é tão poderoso assim, porque se o fosse já teria comprado seus acusadores [sic]".⁽⁶⁶⁾

Não encontramos registros de outros candidatos do PRP financiados diretamente pelo complexo IPES / IBAD, mas deve-se ressaltar que é pouco provável que eventuais registros de outras transações tivessem subsistido na documentação. Além disso, provavelmente são provenientes do complexo IPES/IBAD as expressivas verbas pagas por Adhemar de Barros em troca do apoio integralista a sua candidatura em 1962, verbas que foram empregadas para a reeleição de Salgado à Câmara dos Deputados. Adhemar

ria de Goulart viabilizou que Salgado fosse tratado como interlocutor respeitável por setores do latifúndio, como exemplifica o telegrama de Paixão Cortes, Presidente da Associação Rural de Bagé (RS), uma das mais importantes do Rio Grande do Sul, a Salgado: "Apelamos eminentemente homem público espírito cívico e patriótico sentido evitar com vossa influência seja alterado texto Constituição impedindo através da já propalada reforma agrária a modificação do nosso regime democrático onde produtores do campo ficariam mercê dos partidos políticos".⁽⁶¹⁾

Os integralistas voltaram a receber apoio de integrantes da grande burguesia para a sustentação de um programa semanal de televisão e o relançamento do jornal *A Marcha*, cuja circulação fora suspensa em 1962.

O programa televisivo foi ao ar, semanalmente, entre maio e agosto de 1963. Seu alto custo teria sido financiado pelas "classes conservadoras", embora o apoio tenha sido insuficiente para mantê-lo no ar: "Resolvi parar o programa. Custa a quantia de 600 mil cruzeiros por mês, para dez minutos por semana. Um amigo daí estava arrecadando fundos para manter o programa. Mas a sabotagem no estúdio é incrível. [...] Além disso, o amigo que está promovendo os meios financeiros não tem tido as facilidades que supunha".⁽⁶²⁾

Em janeiro de 1964, Salgado relatava a um correligionário que "como nossos companheiros não compreendem a importância do nosso jornal *estou providenciando amigos estranhos no semanário*",⁽⁶³⁾ o que pode indicar relações com o complexo IPES/IBAD.

Em carta a um militante, Salgado defendeu veementemente a ação do IBAD, mesmo afirmando que não tinha recebido nenhum financiamento do órgão: "Um dos objetivos [dos comunistas] é desmoralizar ou destruir todas as organizações que dificultam a caminhada ver-

melha. Vem daí a guerra contra o IBAD. Posso falar insuspetadamente e de cabeça erguida, pois não recebi auxílio algum dessa entidade para a minha eleição. Essa foi custeada por um grupo de amigos e ajudada pelos candidatos majoritários que o nosso partido apoiou. Posso, pois, falar a verdade sobre essa infame campanha contra o IBAD. A finalidade é apresentá-lo como corruptor, pelo fato de ter ajudado homens pobres, mas de bem, inimigos do comunismo. Eu penso que isso foi servido à Pátria, numa hora em que os candidatos comunistas esbanjavam dinheiros públicos, dos Institutos de Previdência, da famigerada SUPRA, da Novacap, da moscovita Petrobrás [sic]. Isso, sim, é corrupção, é roubo dos dinheiros do Povo, é desavergonhada marotaria".⁽⁶⁴⁾

Ao mesmo tempo, havia a preocupação em acompanhar a movimentação dos setores militares que se opunham a Goulart, bem como estabelecer ligação com os mesmos, como explicita uma carta recebida por Salgado em fevereiro de 1964: "Confirmando minha Carta de 23 do mês passado e envio-lhe com esta um exemplar de um Manifesto que recebi de amigo. [...] Pelo que ouvi de um Capitão do Exército - católico, anticomunista, filho de integralista e nosso simpatizante - parece haver dentro do Exército, um como que arrolamento dos oficiais que não vêem com bons olhos a atitude do Governo e certamente para um fim determinado, talvez dentro do plano do Manifesto de que lhe falei acima".⁽⁶⁵⁾

Em discurso proferido dez anos depois, Salgado sustentou que ainda em 1963 "conferenciei com o General Olympio Mourão, combinando um movimento militar apoiado pela opinião conservadora do Brasil".⁽⁶⁶⁾ No entanto, não encontramos comprovação deste contato na documentação partidária. A participação de Mourão na conspiração golpista - muitas vezes considerada anedótica ou irrelevante pela historiografia - é considerada decisiva por

54 — Correspondência sem remete para Teixeira Coelho, 7.6.1962 (APHRC, Ppp 02.06.07/1). Grifos meus.

55 — Deputado diz que o auxílio do IBAD ajudou-o a enfrentar os pelegos. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 9.8.1963 (COAIBPRP - Recortes)

56 — *Id. ib.*

57 — Aproximadamente R\$ 160.000,00 em valores, dezembro de 2004, conforme conversor disponível em www.fee.rs.gov.br/site/tae/pf/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. Este conversor realiza atualização de valores de acordo com a inflação acumulada segundo o Índice Geral de Preços - Disponibilidade

Interna (IGP-DI) de Fundação Getúlio Vargas.

58 — PRP explica o cheque de Adhemar a Plínio. *Última Hora*, São Paulo, 23.1.1963 (APHRC-FPS 114.004 REC. 1963).

59 — Resumo do Relatório Financeiro correspondente às eleições do dia 7 de outubro de 1962 no estado da Guanabara (APHRC-FPS 017.009.002). Segundo o relatório, Lopo Coelho teria pago CR\$ 100.000,00; Juracy Magalhães CR\$ 215.000,00 e Gilberto Marinho 200.000,00.

60 — Correspondência de Plínio Salgado a Egon Renner, 5.5.1963 (APHRC-Ppp 63.05.05/4).

61 — Correspondência de Paixão Cortes a Plínio Salgado, 6.5.1963 (APHRC-Ppp 63.05.06/2).

62 — Correspondência de Plínio Salgado a Paulo Paulista de Ulhôa Cintra, 26.8.1963 (APHRC, 63.08.26/15).

63 — Telegrama de Plínio Salgado a João Voltanelle, 22.1.1964 (APHRC-Ppp 64.01.22/9). Grifos meus.

64 — Correspondência de Plínio Salgado a João Zúñiga, 23.9.1963 (APHRC-Ppp 63.09.23/18). Grifos meus.

65 — SALGADO, Plínio. *Despedida do Parlamento*: Discurso proferido na sessão de 3.12.74 pelo Deputado Plínio Salgado. Brasília: Centro de Documentação e Informação - Coordenação de Publicações, 1975, p. 15.

66 — Correspondência de Plínio Salgado a Egon Renner, 5.5.1963 (APHRC-Ppp 63.05.05/4).

Hélgio Trindade: "O organizador, ex-chefe da milícia integralista, autor do Plano Cohen e ex-capitão do serviço secreto do Exército, Olympio Mourão Filho, é a figura chave do processo de conspiração e do desencadeamento do golpe militar. Sua conspiração solitária e obsessiva começou em Santa Maria (RS), desde início de 1962, quando assumiu o comando do 3º Regimento de Infantaria, após a posse de Goulart como presidente. [...] A partir daí começa o processo de conspiração, denúncia e articulação junto a setores militares e empresariais que prosseguiria, durante o ano de 1963, em São Paulo e Minas Gerais, até o desenlace do golpe a partir de Juiz de Fora. Em suas *Memórias*, não hesita em afirmar que 'meu verdadeiro e principal papel consistiu em ter articulado o movimento em todo o país e depois ter começado a revolução em Minas. Se nós não o tivéssemos feito, ela não teria sido jamais começada'."⁽⁶⁷⁾

Outra evidência da relevante participação integralista no desencadeamento do golpe apresentada por Salgado é o fato de que foi "outro oficial ex-integralista que desencadeou a primeira ação armada no contexto do golpe". Trata-se do almirante Hasselman, que enfrentou, "em 25 de março, de metralhadora em punho, um grupo de marinheiros revoltosos que, com a bandeira nacional à frente, se dirigia ao portão de saída do Ministério da Marinha com o objetivo de aderir aos seus colegas de armas que estavam no Sindicato dos Metalúrgicos."⁽⁶⁸⁾

Embora os eventuais contatos entre Salgado e os conspiradores militares não estejam documentados, parece claro que ao menos nas semanas anteriores ao golpe a direção integralista estava informada, acompanhava de perto e se inseria na articulação e mobilização golpistas. Em 20 e 21 de março ocorreu uma reunião secreta do Diretório Nacional: "Grupo paulista vai pagar passagens líderes Estados sem recursos norte e nordeste. Além disso passagens es-

apreciando-a de todos os ângulos e concluindo apresentar-se ela em termos de extrema gravidade, parecendo mesmo, no seu entender, ser impossível fixar quaisquer previsões válidas para o próximo período, eis que nos encontramos em momento de definição de rumos, tudo indicando que esta definição não se faria tardar, orientando-se ou no sentido de uma total cubanização do País, ou na rota de uma reação fulminante contra o status quo atual. Solicitava, em consequência, de todos os companheiros, especialmente daqueles que participavam das altas responsabilidades de integrar o D.N. do Partido, uma atitude de vigilância, disciplina e disciplina, para bem servirem ao Brasil em qualquer emergência que se lhe afigure próxima. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente declarou encerrada a sessão às vinte e quatro horas."⁽⁷¹⁾

Como a reunião foi iniciada às 21 horas, parece pouco plausível que tenha se resumido à "alongada exposição" de Plínio Salgado, embora não haja nenhum outro relato. Ressalte-se a ênfase na tese de que havia um golpe em curso ("cubanização do país") e na consequente caracterização do golpe como um sendo um "contra-golpe", exatamente conforme a versão difundida pelos golpistas, tanto durante a preparação do golpe como em sua justificativa posterior. Esta tese é propalada até hoje, como se verifica, por exemplo, na posição de Hélio Gaspari: "Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no dispositivo militar" e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial. [...] Se o golpe de Jango se destinava a mantê-lo no poder, o outro destinava-se a pô-lo para fora. A árvore do regime estava caindo, tratava-se de empurrá-la para a direita ou para a esquerda."⁽⁷²⁾

A intervenção dos integralistas fica evidente na articulação das "Marchas da Família por

Deus e pela Liberdade", que mobilizaram parcelas da sociedade civil em defesa do golpe de Estado. A própria denominação das marchas remete ao lema integralista "Deus, Pátria e Família". As passeatas de Belo Horizonte e São Paulo foram as duas maiores manifestações públicas contra Goulart realizadas antes do golpe, já que as marchas no Rio de Janeiro e outras capitais ocorreram depois de consumado o golpe.⁽⁷³⁾

Em outras cidades, como por exemplo Porto Alegre, a Marcha foi suspensa, "a pedido das autoridades locais", pois conforme a Ação Democrática Feminina, teriam "desaparecido os motivos para sua efetivação, com vista à vitória das forças democráticas [sic]". Da articulação da marcha mineira participaram diretamente o deputado federal Abel Rafael e os deputados estaduais do PRP Aníbal Teixeira e Sebastião Navarro. Já em São Paulo, Salgado foi um dos oradores principais da marcha, tendo em seu discurso apelado pela intervenção do II Exército para a deposição de Goulart, o que, segundo ele, "causou pasmo nos homens responsáveis, mas vibrantes aplausos na multidão."⁽⁷⁴⁾

Ainda antes da realização da marcha, Salgado lançou um "manifesto às mulheres paulistas", elogiando a iniciativa a elas atribuída e conclamando para a participação no ato.

"Eu vos envio esta mensagem de caloroso entusiasmo. É um entusiasmo consequente da leitura do vosso manifesto ao povo, concluindo-o para a grande marcha das Famílias, por Deus e pela Liberdade. Assim este documento histórico trinta e três associações femininas, o que representa belíssima vitória de uma arregimentação executada, acima de tudo, pelos vossos corações. [...] Os audaciosos agentes do comunismo, infiltrados nos órgãos operários e nomenclaturais, dominando os sindicatos operários e as organizações estudantis, valendo-se das franquias das liberdades, que eles mesmos pre-

67 — TRINDADE, Hélgio. O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). 21 anos de regime militar: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 123-141, p. 130-1. A participação de Mourão na conspiração é discutida também em DREFFUSS, ob. cit., p. 373-386 ("A maior conspiração das Américas" do General Olympio Mourão Filho).

68 — *Id. ib.*, p. 132.

69 — Telegrama de Plínio Salgado a Sebastião Navarro, 15.03.1964 (APHRC-Ppp 64.03.15/11). Grifos meus.

70 — PRP previu o desfecho da crise e a vitória da Revolução Democrática — Manifesto Integralista de Março. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, jun. 1964, p. 4. O manifesto, transcrito na seção anterior, foi assinado pela Bancada Federal, já que a reunião não tinha caráter oficial e, portanto, não podia produzir deliberações.

71 — Ata do Diretório Nacional, 30.3.1964 — Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP (APHRC-Ppp 021.002.002).

72 — GASPARI, Hélio. *A ofidiosa ungeronimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 51-52.

73 — Cf. FLACH, Ângela. "Os vanguardários do anticomunismo": o PRP e os perrepsistas no Rio Grande do Sul (1961-1966). Dissertação em História do Brasil. Porto Alegre: FUCRS, 2003, p. 71.

74 — Correspondência de Plínio Salgado a Osvaldo Sá, 24.5.1964 (APHRC-Ppp 64.05.2/38).

tendem abolir, chegaram a extremos desrespeitados a tudo quanto representa a honra e os bens nacionais. Attingindo o clima propício ao desencadeamento da "guerra revolucionária", minuciosamente planejada por Moscou, resolveram não mais se conter nos limites dos debates do Parlamento; ou das polémicas de Imprensa: foram para as praças públicas propor o fechamento do Congresso, a convocação de uma Constituinte, exatamente como Lenine fez na Rússia; exigir o voto dos analfabetos para desmoralizar o sufrágio democrático e subverter a hierarquia dos valores; reclamar a legalização do Partido Comunista; postular reformas que praticamente extinguem os direitos à propriedade; lançar indisciplina nos quartéis, e tudo com o prestígio do próprio Chefe da Nação. Imensa foi a perplexidade do povo brasileiro; do verdadeiro povo brasileiro [sic], que não é representado pelas assembleias dos comícios subversivos, mobilizados, conduzidos e alimentados à custa dos dinheiros públicos, mas sim pelas famílias cristãs que no labor das cidades e na faina rural, sustentam o teor histórico das virtudes da raça e dos sentimentos do cristianismo. Mas eis que ouvimos uma grande claridade. São as mulheres paulistas que se levantam. São as intérpretes de um sentimento que não é apenas dos paulistas, mas de todos os brasileiros. A significação do vosso desfile vai ser compreendida por todo o Brasil, quando se aproxima a hora em que deve ser decidido o destino da Pátria".⁽⁷⁵⁾

Em 28 de março, Salgado remeteu a Alfredo Buzaid, outro integralista com destacada participação na articulação do golpe, o "Manifesto às Mulheres Brasileiras"; e afirmava estar concludo outro manifesto, que seria publicado como se tivesse sido escrito por estudantes de Direito: "O outro Manifesto já está escrito, mas depende de correções datilográficas e ligeiras alterações, pelo que lho enviarei dentro de dois dias. [...] Creio que ficou um bom trabalho; à altura de um documento de alunos de Direito, não abastardados pela submissão ao CCT, às mediocridades da UNE e à demagogia de semi-anal-

fabetos que empestam o País. Como disse, dentro de 2 dias remeterei. Não será preciso dizer que tudo isto deve ficar em absoluto sigilo, entre nós dois. É possível também que lhe envie um esquema da organização feminina."⁽⁷⁶⁾

Salgado escreveu outros documentos cuja autoria foi atribuída às mulheres. Consumado o golpe, sua intenção era apropriar-se do movimento para constituir uma entidade integralista, denominada Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria.

Manifesto da entidade publicado logo após o golpe, a 5 de abril reivindicava "o poder da mulher quando se ameaçam os fundamentos do Lar, da Religião, dos Direitos Humanos e da Soberania Nacional", reproduzindo claramente a concepção integralista sobre as "diferenças" entre Homem e Mulher, ressaltando a "intuição feminina", e propondo uma "ação permanente" das mulheres: "Nossa intuição feminina [sic] precedeu a tomada de posição hoje evidente, dos homens de nossa Pátria. A intuição possui sua lógica própria, superior quase sempre à do raciocínio em seus aspectos formais. Por isso, podemos dizer que os homens, em face dos fatos ocorrentes e das circunstâncias que os rodeiam, formulam pensamentos dos quais procuram deduzir conclusões, ao passo que as mulheres, por uma sensibilidade inerente ao seu modo de ser, não precisam recorrer à articulação de premissas e construir silogismos: a verdade lhes vem instantânea, por um processo direto de interpretação. Não precisam de argumentos demasiados, provas concretas, evidências excessivas; suprem-se de impressões e percepções e com estas elaboram, subjetivamente, um quadro de realidades que escapa ao domínio da lógica formal. Podemos dizer que o homem é objetivo e a mulher subjetiva. O homem realiza, mas a mulher o desperta para a realização. E foi isso o que vimos a partir do início deste ano de 1964. [...] Devemos organizar-nos para uma ação permanente, uma constante vigília, uma campanha de esclarecimentos do Povo Brasileiro, incitando, cada vez mais, nossos maridos, nossos filhos,

nossos pais, nossos irmãos, para que não durmam, para que se conservem alerta na defesa da Pátria. Com este manifesto, lançamos a Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria. É uma entidade de âmbito nacional. Concluímos nossas patricias para que venham cooperar nesta organização, que estabelecerá tarefas e missões específicas às associadas e grupos femininos que irão constituir-na em todos os Estados."⁽⁷⁷⁾

O documento está datado como "Domingo da Ressurreição de 1964". O estilo de redação e o conteúdo do manifesto indicam que pode ter sido escrito por Salgado. Além disso, seria estranho que tivesse sido realmente escrito por mulheres, pois argumenta que as mulheres "não precisam de argumentos" e expõe premissas para afirmar que as mulheres "não precisam recorrer à articulação de premissas".

Outro manifesto, que também parece ter sido escrito por Salgado, sustentava que "a revolução das armas está finda; mas a revolução das almas, encetada pelos movimentos femininos de Minas, de São Paulo, da Guanabara, do Rio Grande do Sul e de outros estados, há de prosseguir".⁽⁷⁸⁾ Formada a Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria, seus Estatutos definiam como finalidade principal "fortalecer os sentimentos da família e promover-lhe a defesa como grupo natural da sociedade brasileira".⁽⁷⁹⁾

A participação dos integralistas na articulação golpista pode ser observada também pela sua movimentação no Rio Grande do Sul, em especial através do então Secretário da Administração Antônio Pires, que desempenhou funções tanto de articulação nacional das forças anti-Goulart, como na organização do movimento conspiratório no estado: "Um dos mais acérrimos lutadores que conheci contra a situação política empolgada pelos esquerdistas radicais foi Linhares, líder do PRP do Paraná. Tomando conhecimento da minha presença na Assembléia nas condições antes referidas, convidou-me para um contato pessoal com o Ge-

neral Aldévio Barbosa, Secretário de Segurança de São Paulo, com quem ele mantinha ligação. Lá estive. Trocamos idéias.

Ajustamos os pontos. São Paulo tornara-se, efetivamente, um centro de resistência. Pouco depois - sempre no início de 1964 - Plínio Salgado convocou-me à capital paulista para um encontro com o Governador Adhemar de Barros, na mesma linha contra a possível bolchevização do Brasil. [...] Fui recebido por Adhemar de Barros, no Palácio dos Bandeirantes, imediatamente após ele ter conferenciado com o Governador Carlos Lacerda, encontro para o qual, diga-se de passagem, Plínio muito se empenhou, por entender que, apesar da rivalidade entre ambos, suas posições contrárias ao quadro nacional os aproximavam. Aqui chegando, fui logo convidado pelo Dr. Oscar Carneiro da Fontoura, então presidindo a FARSUL, para um almoço no reservado do restaurante do Palácio do Comércio, com a presença de Fábio de Araújo Santos, presidente da FEDERASUL; de Coelho Borges, representante da direção da FARSUL; e do presidente do Sindicato dos Bancos, cujo nome não lembro mas recordo que era Diretor do Banco da Província.

Declinando a razão do encontro, Dr. Oscar disse que os presentes e suas entidades estavam preocupadíssimos com o panorama político e dispostos a fazer alguma coisa. Pensavam em criar uma entidade para se opor à onda esquerdo-comunista, e para tanto dispensariam o necessário apoio financeiro. A respeito dessa idéia, queriam ouvir-me, dada a minha conhecida atuação. [...] Ponderei que criar uma entidade não era o melhor caminho. Seria um ente suspenso, perante a sociedade, de estar laborando apenas em defesa de seus próprios interesses, nem sempre bem vistos por certos segmentos sociais. O ideal, segundo meu entendimento, seria que as entidades ali representadas apoiassem, de forma eficiente mas discreta, aquelas pessoas e aqueles organismos que

77 — Sem título. Original Datilografado, 5.4.1964 (APHR-C-FPS 006.007.005).

78 — Manifesto da Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria, s/d. Original datilografado (APHR-C-FPS 019.013.003).

79 — Estatutos da Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria, s/d. (APHR-C-FPS 019.013.013).

80 — PIREs, ob. cit., p. 96-98.

75 — SALGADO, Plínio. Mensagem às mulheres brasileiras. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 19.3.1964, p. 7 (APHR-C-FPS 114.4.REC.64).

76 — Correspondência de Plínio Salgado a Alfredo Buzaid, 28.3.1964 (APHR-C-Ppp 64.03.28/1).

já estavam em ação. Como exemplo concreto e imediato citei as providências preliminares que estavam sendo articuladas para realizar aqui a 'Marcha da Família' - à semelhança do que ocorria em São Paulo e outros lugares. Os representantes das Três Federações concordaram com muitas ponderações e prontificaram-se a reconhecer o numerário necessário. [...] Foi autorizado a transmitir às organizadoras da 'Marcha da Família' o conveniente respaldo financeiro, ponto de partida para outros apoios. Só que a 'Marcha' não chegou a realizar-se, porque antes as tropas de Olímpio Mourão Filho marcharam sobre o Rio de Janeiro e a Nação toda levantou-se em 31 de março para 1º de abril." (80)

A escolha de Pires para a intermediação do repasse das verbas dimensiona a importância que desempenhou na articulação golpista naquela esteira.

O integralista Dolny Tarasconi, que então era Diretor Geral da Secretaria da Administração, relata a participação integralista na organização das marchas, indicando que Pires foi seu coordenador estadual: "[...] antes da revolução teve o movimento da 'Marcha da Família', o Pires coordenava aqui no Rio Grande do Sul. Aquelas marchas no interior, eu mesmo fui coordenar em 'Esteio, Sapucaia'." (81)

Ainda de acordo com Tarasconi, Pires foi elemento-chave da articulação golpista no interior do governo, chegando a acumular várias secretarias de estado: "Antônio Pires, que era secretário da Administração, foi obrigado a assumir a Secretaria da Segurança Pública, [...] a Secretaria da Fazenda e mais a Secretaria da Agricultura no governo do Meneguetti. Ele assumiu quatro secretarias como interino, mais a Administração. [...] Ai ele foi defender o governo, durante o movimento revolucionário." (82)

Consolidado o golpe, Pires foi indicado para integrar a Comissão de Expurgos no estado, o que evidencia que seguia contando com a confiança dos setores golpistas. O integralista Umberto Pergher, que era Engenheiro-Chefe de

80 — Pires, ob. cit., p. 96-98.

81 — CAULI, Gilberto, SILVA, Célia e BATISTA, Neusa. *Depoimento de Dolny Tarasconi*. Porto Alegre: COAIBPPP, 2000, p. 45.

82 — Id. ib., p. 46.

83 — Cf. CAULI, Gilberto, SILVA, Célia Luciana e BATISTA, Neusa. *Depoimento de Umberto Pergher*. Porto Alegre, COAIBPPP, 1994, p. 41.

84 — Correspondência de Antonio Carlos Beilo a Plínio Salgado, 26.5.1964 (APHRC-PPp 64.05.26/1).

versão está presente em diversas cartas e telegramas, trazendo algumas informações plausíveis misturadas a evidentes exageros. Segundo ele, "tudo o que foi feito salvação nacional teve origem integralismo" (85). Os eventos de Minas Gerais eram ressaltados, tanto no que se refere à construção de um ambiente favorável, como ao desencadeamento da ação militar: "Nosso companheiro integralista Mourão tomou iniciativa Minas onde terreno preparado companheiros Abel Rafael e Aníbal Teixeira" (86).

Os trechos de uma correspondência abaixo exemplificam seus principais argumentos: "Antes de mais nada, falemos da revolução vitoriosa. Foi obra exclusivamente dos integralistas. Faz mais de um ano que venho tendo entendimentos com o nosso companheiro general Mourão, que foi o chefe do estado maior da milícia dos camisas-verdes, quando capitão. Ele preparou tudo no Rio Grande do Sul, quando comandava naquele estado. Transferido para São Paulo, como Comandante da 2ª Região Militar, encontramos-nos numerosas vezes, tudo preparando em nosso Estado. Tendo o Jango transferido Mourão para Juiz de Fora, ali articulou todas as guarnições de Minas. Ao mesmo tempo, os deputados Abel Rafael e Aníbal Teixeira, com discursos e conflitos de rua, criaram o clima propício entre os mineiros."

Concomitantemente, nossos companheiros Pires e Hoffmann, secretários de Estado no Governo Meneguetti, agitarão o Rio Grande do Sul, articulando o movimento. Na mesma ocasião, agiam os companheiros do Paraná, de Pernambuco e do Ceará, com grande êxito. Nosso companheiro Coronel Astrogildo, da reserva do Exército, viajou por todos os estados, articulando.

Na Marinha, o nosso companheiro Almirante Hasselman trabalhava ativamente, ali se extinguindo as dissensões oriundas dos acontecimentos de novembro de 1955, unindo-se todos os grupos inclusive o do Almirante Heck, que se tornou nosso aliado. Conversei com os governadores Meneguetti e Adhemar, que es-

tavam firmes em suas decisões, assim como com Juscelino e Carlos Lacerda. Quando Goulart cometeu a insensatez do comício de 13 de março, a Bancada do nosso Partido na Câmara Federal foi a única que lançou um Manifesto à Nação, de tal maneira corajoso e violento que nos ariscávamos a ser incursores na Lei de Segurança. Em seguida fui a São Paulo, e na marcha de um milhão de pessoas, quando todos os oradores falavam em termos vagos, pronunciei um discurso apelando para as Forças Armadas e particularmente para o 2º Exército. Segui para o Rio, onde fiz a articulação dos sargentos, valendo-me da circunstância de serem os três presidentes dos Clubes de Sargentos (Marinha, Exército e Aeronáutica) nossos companheiros, bons integralistas. Isso de tal sorte que, existindo no Rio 12 mil sargentos, só compareceram na homenagem ao Jango 150. faltava a iniciativa. Quem a tomou foi o General Mourão, nosso companheiro de ideal. Arriscou sua carreira e sua vida. Levantou Minas Gerais em peso. Cumpre dizer que o comandante da Força Pública em Minas, coronel Geraldo, é velho camisa-verde." (87)

A despeito dos exageros, diversas informações arroladas no relato de Salgado expressam a efetiva participação dos integralistas na articulação do golpe. Os diversos militares citados por Salgado - Mourão, Hasselman, Astrogildo - eram efetivamente integralistas e é provável que estivessem de fato em contato com Salgado.

Da mesma forma, a participação de integralistas nas mobilizações em favor da deposição de Goulart foi relevante, em especial em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, da mesma forma que a intervenção dos integralistas no debate parlamentar contribuiu para o acirramento do confronto.

A participação dos integralistas no processo de deslegitimação do governo Goulart, nas articulações golpistas e nas mobilizações que criaram um clima propício ao desencadeamento do golpe militar é um elemento a mais a ser considerado na análise da ampla coalizão for-

85 — Telegrama de Plínio Salgado a Tarquínio, 14.4.1964 (APHRC-PPp 64.04.14/17).

86 — Telegrama de Plínio Salgado a Raimundo Rubens, 14.4.1964 (APHRC-PPp 64.04.14/13).

87 — Correspondência de Plínio Salgado a Castorino, 23.4.1964 (APHRC-PPp 64.04.23/2).

Em 1978, em *O escravismo colonial*, Jacob Gorender apresentou as leis tendenciais do modo de produção escravista colonial a partir da crítica categorial-sistemática da formação social escravista brasileira, pondo fim à dicotomia feudalismo-capitalismo.

A concomitante retomada das lutas sociais no Brasil abriu espaço para a forte repercussão nas ciências sociais daquela obra. A flexão do movimento social e a posterior vitória da contra-revolução mundial deu-se no contexto de ofensiva objetiva e subjetiva contra o mundo do trabalho. No mundo acadêmico, empreendeu-se ataque sistemático àquela interpretação que teve como ponto nodal o debate sobre a *brecha camponesa*.

O Escravismo Colonial

A Revolução Copernicana de Jacob Gorender

Mário Maestri

Jacob Gorender nasceu em 20 de janeiro de 1923, em Salvador, onde viveu sua infância nos cortiços habitados pela comunidade pobre daquela cidade. Seu pai, Nathan Gorender, judeu ucraniano socialista e anti-sionista, emigrou após as jornadas revolucionárias de 1905 para a Argentina, onde viveu por cinco anos. A seguir, talvez atraído pela pequena comunidade judaica de Salvador, partiu para a Bahia, onde viveu e trabalhou humildemente como vendedor a prestação.

Após concluir os estudos primários na Escola Israelita Brasileira Jacob Dinenzon, de 1933 a 1940, Jacob Gorender prosseguiu os estudos ginásiais e o preparatório no Ginásio da Bahia, escola pública de grande prestígio, frequentada habitualmente pelos filhos da elite baiana.

Em 1941, matriculou-se na Faculdade de Direito daquela cidade, onde se manteve até 1943. Militante da União de Estudantes da Bahia, em início de 1942, foi cooptado para pequena célula universitária comunista fundada por Márcio Alves e Ariston Andrade, que secundavam no meio estudantil a rearticulação do PCB na Bahia empreendida por Giocondo Dias.

Agradecemos a leitura e crítica da linguista Florence Carboni, do jornalista Duarte Pereira, do historiador Théo Lobarinhas Pinheiro e o apóio documental do dr. Antônio Ozai da Silva.

Mário Maestri, 56, é doutor em história pela UCL, Bélgica, e professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFPA, RS. maestri@via-rs.net

mente pouca visibilidade e seja normalmente desconsiderada pela historiografia, foi relevante e efetiva, cumprindo importantes funções na conspiração golpista.

mada para a derrubada do governo Goulart e imposição de uma nova ordem ditatorial, contando com ramificações na sociedade civil, envolvimento de grupos políticos diversos e conspiradores militares, além do apoio financeiro, político e diplomático estadunidense.

Embora tal intervenção tenha tido relativa-

BIBLIOGRAFIA CITADA

- DREIFUSS, René Armand. 1964. A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FLACH, Ângela. "Os vanguardistas do anticomunismo": o PRP e os perrepsistas no Rio Grande do Sul (1961-1966). Dissertação em História do Brasil. Porto Alegre: PUCRS, 2003.
- GASPARI, Ênio. *A ditadura emvergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GRAMSCI, Antonio O povo dos maucos (2.1.1921). In: *Escritos Políticos*. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais*. In: ZENTENO, Raul Benítez. *As classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. 5 ed Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.
- SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- TRINDADE, Hélgio. O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 123-141.
- Fontes Impresas**
- CALIL, Gilberto, CARDOSO, Cláudia & SILVA, Carla Luciana. *Depoimento de Arthur Bacchini*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 1999.
- CALIL, Gilberto, SILVA, Carla Luciana & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Umberto Pergher*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 1998.
- CALIL, Gilberto, SILVA, Cátia e BATISTA, Neusa. *Depoimento de Dolny Tarasconi*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 2000.
- PIRES, Antonio. *Pelo PRP na política gacha: Depoimento para o CDAIBPRP*. Porto Alegre: mimeo, 1997.
- SALGADO, Plínio. *Despedida do Prolamento*. Discurso proferido na sessão de 3.12.74 pelo Deputado Plínio Salgado. Brasília: Centro de Documentação e Informação - Coordenação de Publicações, 1975.
- SALGADO, Plínio. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.